

Missão da CEE visitou Sofala

N 8/2/86

A missão de programação da Comunidade Económica Europeia (CEE) em Moçambique, chefiada pelo Director-Geral para o Desenvolvimento, Dieter Frisch, visitou quinta-feira o projecto de processamento de pesca e o porto da Beira.

Este projecto, avaliado em cerca de cinco milhões de dólares é o primeiro financiado pela CEE em Moçambique fora da Convenção de Lomé. As obras da instalação da fábrica, assistida pela CEE, estão em fase de conclusão.

De acordo com o engenheiro Rudolf Pfeiffer, assessor da CEE, em declarações à AIM, esta fábrica está capacitada para uma produção diária de 30 000 unidades de peixe enlatado com molho de tomate ou de pipiriri.

Paralelamente, a fábrica produzirá uma média diária de 60 toneladas de gelo, necessários para conservar 9 toneladas de peixe por dia. Além disso, cerca de 25 mil quilos diários de desperdícios de peixe poderão ser aproveitados para a produção de farinha e óleo de peixe para ração animal.

Outros projectos financiados pela CEE no âmbito das pescas e igualmente fora da Convenção de Lomé são os de apoio à pesca artesanal nas regiões da Beira e Inhambane, num valor anunciado de 550 mil dólares.

No quadro da cooperação regional, um outro pacote financeiro cujo valor não foi ainda revelado será disponibilizado para a estratégica região da Beira.

O delegado da CEE em Moçambique, António Morangu, também membro da missão do programa indicado, disse a propósito que a concretização deste projecto contribuirá para uma resposta directa dos países da região contra a dependência económica da vizinha África do Sul.

Na recente reunião de Harare entre os países da SADCC e os doadores, a representação da CEE declarou abertamente estar interessada pelo desenvolvimento dos dois e cinco do porto da Beira, e pelo melhoramento do acesso ao mesmo.

A atestar este interesse está também a curiosidade manifestada por membros desta missão, quando momentos após a visita ao porto colocaram uma série de perguntas à direcção local. Quiseram saber, entre outras questões, a frequência diária de navios registada naquele porto, ao que foi respondido que é de cinco ou seis. Estas informações complementares sobre o funcionamento do porto incluem também a consulta por elementos da delegação de mapas sobre as instalações locais.

Momentos antes do regresso, a missão foi recebida pelo substituto do dirigente da província de Sofala, Júlio Carrilho.

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

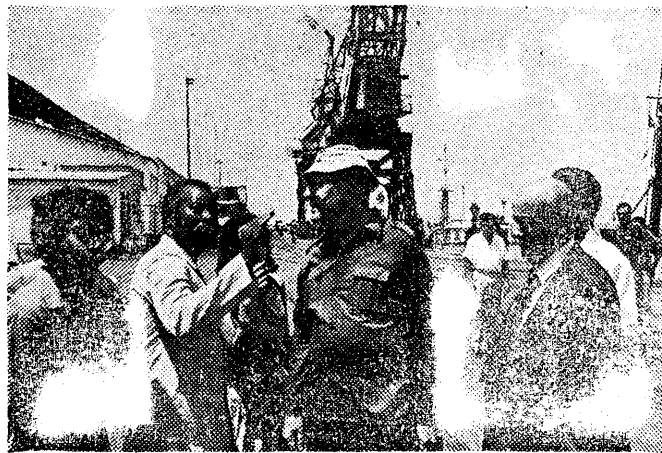
Entretanto, Dieter Frisch, Director-Geral para o Desenvolvimento da Comissão da CEE, concedeu uma conferência de imprensa, na quarta-feira de manhã, na qual falou sobre um leque de questões relacionadas com a cooperação entre a sua organização e o nosso País, bem como sobre problemas regionais candentes.

Na conferência de imprensa foi indagado ao Director-Geral para o

comunitária destinada à cooperação regional, cujo memorando foi assinado em Harare com a SADCC.

Disse que estes financiamentos são da verba programável, cuja utilização seguimos com o País beneficiado de modo que a mesma se efectua dentro do prazo de cinco anos, no âmbito da Convenção de Lomé III, não sendo possível a reconversão destes fundos para um outro período.

Ainda em resposta à mesma pergunta, assinalou haver outros meios financeiros suplementares de que o nosso País pode beneficiar na sua cooperação bilateral com a CEE, sendo este o caso do sistema de estabilização dos preços das expor-



Dieter Frisch (ao centro) durante a visita ao Porto da Beira. (Foto AIM)

Desenvolvimento da Comissão da CEE se a sua missão já tinha identificado potenciais áreas de investimento em Moçambique, ao que respondeu que tal identificação não competia a esta missão de programação, a primeira que visita o nosso País após a subscrição por Moçambique da Terceira Convenção de Lomé, no ano passado.

Sobre a possibilidade que o nosso País tem de obter financiamentos da CEE, como País membro da ACP, Dieter Frisch referiu que estes não só se circunscrevem ao pacote de 145 milhões de ECU, atribuídos para os próximos cinco anos no âmbito da Lomé, como também poderá beneficiar de parte da verba

tações (STABEX), os capitais de risco geridos pelo Banco Europeu de Investimento e concedidos ao País parceiro em condições favoráveis, a ajuda de emergência provém de uma verba especial da CEE, e os financiamentos das organizações não-governamentais.

Noutro passo da entrevista foram abordadas questões candentes na África Austral. Nomeadamente, questionou-se a Dieter Frisch qual é a posição da CEE face ao problema do «apartheid» na actual conjuntura em que se pressiona para um maior isolamento do regime de Pretória pela Comunidade Internacional. A este respeito respondeu que a CEE compreende e condena o sistema do «apartheid» como uma violação dos

Direitos Humanos e um atentado permanente à dignidade humana.

Questionado se perante a evidência da política regional de desestabilização e uma política interna do «apartheid», a CEE não aderiria à ideia de aplicação de sanções económicas globais contra o regime de Pretória como um instrumento de pressão para uma mudança na África do Sul, Dieter Frisch remeteu a resposta às instituições políticas fora do âmbito comunitário, isto, é argumentou que a resposta encontrava-se fora do âmbito da CEE.

Em contrapartida considerou como sendo importante que a CEE e seja agora a exercer pressão política que qualificou de forte sobre a África do Sul. Ele referiu-se a um conjunto de medidas restritivas na cooperação entre Pretória e as capitais europeias ligadas à CEE.

Estas englobam, entre outras áreas o boicote às exportações de equipamento militar e de produtos petrolíferos para a África do Sul, a proibição de novos investimentos naquele País e com uma prerrogativa que prevê a adopção de outras medidas suplementares caso Pretória não dê sinais para uma mudança, de acordo com os critérios aceites pela CEE.

Por outro lado, considerou que outras medidas, que deu a entender desfavorecerem a África do Sul, têm vindo a ser tomadas pela sua organização, nomeadamente a assistência aos projectos da SADCC, a proibição de segregação racial no mercado sul-africano de trabalho das empresas subsidiárias dos países membros da CEE e a ajuda às vítimas do «apartheid».

Segundo referiu durante a conferência de imprensa, a ajuda às vítimas do «apartheid» dirige-se às áreas de educação da população negra sul-africana, às organizações anti-«apartheid» «não-violentas».

Justificando este estado de coisas em relação ao problema político da atitude perante a África do Sul, Dieter Frisch afirmou que mesmo no seio da CEE as nossas opiniões não são idênticas.

Os países da África Austral advogam a imposição de sanções económicas à África do Sul e o desinvestimento dos capitais estrangeiros ali investidos para outros países da região, como forma de pressionar Pretória a desmantelar o «apartheid» rejeitando o argumento, segundo o qual a adopção destas medidas de uma forma global afectaria os países da região e não a própria África do Sul.